

Processo

GESTÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA –  
PROJETO MORADIA LEGAL

Código

P.GRFML.01

Folha nº

1/1

## 1. PROCEDIMENTO PARA ADESÃO DO ENTE PÚBLICO AO PROJETO:

### 1.1. ETAPA EXTERNA-ENTE PÚBLICO:

O prefeito do município deve enviar ao e-mail [presidencia@tjal.jus.br](mailto:presidencia@tjal.jus.br) o ofício constante no Ato Normativo Conjunto nº 03 de 13 de março de 2025, publicado no Diário da Justiça, acompanhado do **“Requerimento de Adesão ao Projeto Moradia Legal VII”**, disponibilizado no **Anexo I** e do **“Termo de Compromisso”** de execução do projeto de regularização fundiária para fins de expedição da Certidão de Regularização Fundiária- CRF (art. 35 c/c art. 42 da Lei nº 13.465/2017) verificado no **Anexo I**.

Os documentos referenciados no parágrafo acima estão disponíveis na página do TJAL, no link <https://moradialegal.tjal.jus.br/modelos>

### 1.2. ETAPA INTERNA-TJAL

a) Recebido o ofício do prefeito do município com o requerimento de adesão ao projeto Moradia Legal, a Secretaria Especial da Presidência abrirá o processo administrativo no Sistema Administrativo (SAI eletrônico);

b) autorizada a adesão do município ao projeto Moradia Legal pelo Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, a Secretaria Especial da Presidência encaminhará o processo para o fluxo do "JAP – Distribuição" para seguimento ao fluxo do “JAP- Comissão de Regularização Fundiária Urbana e Rural”.

c) após o recebimento do processo no fluxo do "JAP - Comissão de Regularização Fundiária Urbana e Rural", **a comunicação data de assinatura do Acordo de Cooperação Técnica** para adesão do município ao projeto será informada pelo setor competente do Tribunal de Justiça, **por intermédio dos contatos de e-mail e de telefones fornecidos no Anexo I- Requerimento de Adesão ao Projeto Moradia Legal VII do Ato Normativo Conjunto nº 03 de 13 de março de 2025.**

d) após a formalização do acordo de cooperação técnica com adesão do município ao projeto, a comissão de regularização fundiária instituída por portaria da Presidência do Tribunal de Justiça designará data para a **1ª reunião de trabalho** com a equipe indicada pelo prefeito. O prefeito deverá indicar para participar da reunião um representante dos seguintes órgãos da estrutura municipal: Procuradoria, Secretaria de Habitação de Obras ou órgão correspondente, Secretaria de Assistência Social, ressaltando-se que a equipe deverá contar, obrigatoriamente, com 01(um) engenheiro, arquiteto ou topógrafo, que será o responsável técnico do projeto. Destaque-se que se o coordenador designado pelo prefeito (anexo I do ato normativo) não for integrante de um dos órgãos acima, o mesmo deverá participar da referida reunião;

e) o procurador do município deverá realizar a comunicação direta com o registrador do Cartório de Imóveis do Município a fim de compartilhar as ações do município para execução dos trabalhos do projeto, cujo resultado será a regularização de imóveis em núcleos urbanos informais no município;